

Enquanto as reformas não vêm

O governo só poderá conter seu endividamento se conseguir, nos próximos anos, controlar os gastos com pessoal, especialmente com os aposentados do setor público. Esses gastos, hoje, estão divididos em duas partes praticamente iguais: pensionistas e inativos pesam tanto quanto os vencimentos dos funcionários em atividade, e só com uma reforma será possível desvincular as duas parcelas. Mesmo assim, a desvinculação poderá só valer para quem ainda não estiver aposentado.

Essa vinculação representa não só um peso financeiro, mas também uma limitação à melhora do serviço público. Legalmente, o inativo tem direito a qualquer melhora salarial proporcionada ao pessoal da ativa. Assim, toda tentativa de aumentar os vencimentos do pessoal produtivo, para corrigir distorções, valorizar carreiras e estimular o funcionário, resulta em maiores ganhos também para o pessoal fora do serviço.

Uma saída para aliviar o problema do custeio, sem deixar de atender ao direito adquirido, está sendo proposta por um conhecido especialista em finanças públicas, o economista Raul Velloso. Ele sugeriu a criação de um fundo especial, forma-

do com recursos de privatizações, concessões, administração de imóveis e dívidas cobradas judicialmente, para cobrir os custos do pessoal inativo. Com isso, os recursos propriamente fiscais, formados por tributos, poderiam ser usados com exclusividade para as despesas ordinárias do governo. Uma proposta como a de Raul Velloso pode servir não só para atenuar o problema do pagamento dos inativos, mas também para estimular o governo a praticar uma administração mais eficiente dos bens públicos. O maior benefício, porém, será mesmo a contenção do endividamento público, por meio da criação de um esquema especial de cobertura das pensões e aposentadorias.

Não cabe, aqui, uma discussão técnica dos pormenores da proposta. Técnicos do governo e especialistas em finanças e previdência poderão encontrar, se for o caso, meios de aperfeiçoar o projeto. O importante é que a idéia, por mais engenhosa que seja, não deixa de ser mais uma solução de emergência, desenhada para per-

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

mitir um controle financeiro enquanto não se faz uma alteração mais ampla na administração pública. O fundo, se adotado, não tornará dispensável a reforma administrativa. Também não eliminará o problema de uma distribuição melhor de encargos entre União, Estados e municípios.

Redesenhar a administração, porém, não resolverá nenhum problema de forma duradoura se não houver, ao

mesmo tempo, uma alteração de padrões políticos. A despesa federal com pessoal e encargos duplicou, em termos reais, nos últimos dez anos. Foi contida em poucos períodos, graças, essencialmente, à desvalorização dos salários dos servidores. Mas este não é um recurso utilizável por muito tempo, nem é justificável, quando o necessário é valorizar e estimular o funcionalismo. Parte da variação da despesa tem ocorrido mesmo sem contratações e sem aumentos de salários, graças à acumulação de vantagens. Mas houve também muita contratação, nos últimos dez anos. Depois, a nova Constituição tornou possí-

vel um mecanismo perverso de ampliação de gastos. Esse mecanismo combina uma utilização discutível da norma de autonomia dos poderes com uma distorção do princípio de isonomia. Legislativo e Judiciário usaram amplamente o direito de contratar e o de fixar vencimentos, deixando ao Tesouro a tarefa de encontrar meios para cobrir as despesas.

O fundo proposto pelo economista Raul Velloso pode ajudar a conter a dívida enquanto se completa o ajuste

A multiplicação dos municípios e a criação de Estados também possibilitaram a abertura de milhares de empregos públicos, sem a formação da receita necessária

para cobrir os novos gastos. As eleições, naturalmente, proporcionaram também a motivação para muitas contratações. Com a virtual falência dos Estados, governadores não tiveram como evitar um esforço de ajuste e passaram a torcer pela reforma administrativa. Não está claro, porém, que a experiência da crise financeira bastasse para mudar, duradouramente, velhos costumes políticos.